



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

E.M.E.B. "JORNALISTA GRANDUQUE JOSÉ"

Rua Marechal Deodoro, 815 – Bairro Centro – Ribeirão Corrente - SP. CEP: 14445-000 - Fone: (16) 3749.1017

Ato de Criação: Lei Municipal Nº 986, de 20 de março de 2008

Email - granduquejose@educacao.sp.gov.br

ESTUDO EM CASA - DISTANCIAMENTO SOCIAL - COVID 19

ATIVIDADES DE HISTÓRIA – 9º ANOS A e B.

25ª SEMANA (16/08/2021 a 20/08/2021) – **3º Bimestre**

PROFº: Roger/Mariângela

Nome: _____ Ano° _____

*LEIA O TEXTO COM ATENÇÃO E RESPONDA AS PERGUNTAS ABAIXO.

* **A ATIVIDADE DEVE SER DEVOLVIDA, VIA WHATSAPP, ATÉ O DIA 20/08/2021.**

Ditadura Militar no Brasil (1964 - 1985)



Policiais da Força Pública organizam em fila os 920 estudantes presos durante congresso clandestino da União Nacional dos Estudantes (UNE), Ibiúna, São Paulo. Fotografia de 1968.

Ditadura Militar foi o período da história brasileira que se estendeu de **1964 a 1985**. Esse regime foi instaurado no poder de nosso país por meio de um golpe organizado tanto pelos meios **militares** quanto pelos **civis**. Esse golpe visou à derrubada do presidente **João Goulart** e deu início a um período de **21 anos** marcado pelo **autoritarismo** e pela **repressão** realizada pelo Estado. Encerrou-se em 1985, quando **Tancredo Neves** foi eleito presidente do Brasil.

A Ditadura Militar, no Brasil, foi instaurada por meio de um **golpe** — organizado pelos **militares**, a **partir de 31 de março de 1964**, e concluído por meio do golpe parlamentar,

que se deu em 2 de abril de 1964. Esse golpe, orquestrado não só por militares, mas também pelo grande empresariado do Brasil, com o apoio dos Estados Unidos, visava à derrubada de João Goulart e do projeto trabalhista — um projeto político voltado para o desenvolvimentismo e para a promoção de bem-estar social.

Após o risco de uma guerra civil, a solução encontrada foi permitir a posse de João Goulart em um regime parlamentarista, isto é, com poderes políticos reduzidos. A partir de janeiro de 1963, o sistema presidencialista retornou ao Brasil, e Jango deu início a sua agenda reformista. O projeto de reformas estruturais de seu governo ficou conhecido como Reformas de Base.

As Reformas de Base organizavam reformas profundas em áreas essenciais do Brasil, tais como as áreas de habitação, bancária, agrária, educacional etc. Dentro das Reformas de Base, a única que foi amplamente debatida e que gerou grande desgaste para o governo de Jango foi a reforma agrária, principalmente porque ela mexia com os interesses dos grandes proprietários de terra.

O debate pela reforma agrária foi crucial para o destino de Jango, uma vez que, a partir de setembro de 1963, os políticos do Partido Social Democrático (PSD) que faziam parte da base de governo começaram a se transferir para a oposição coordenada pela União Democrática Nacional (UDN). Mas não eram somente as Reformas de Base que se desgastavam. Uma lei de 1962, chamada **Lei de Remessas de Lucro**, também repercutiu fortemente e desagradava aos interesses americanos no Brasil, uma vez que proibia suas empresas de enviarem mais que 10% dos lucros obtidos para fora do país.

O caminho para o golpe consolidou-se por meio de uma decisão do presidente comunicada no **comício da Central do Brasil**. Nesse comício, o presidente afirmou que as Reformas de Base seriam realizadas de toda maneira, o que alarmou os grupos que conspiravam contra o presidente, que entenderam a ação dele como uma guinada definitiva à esquerda.

Em resposta à ação do presidente, foi organizado, para dias depois, a **Marcha da Família com Deus pela Liberdade**, realizada em São Paulo e que reuniu milhares de pessoas. Nesse momento, ficava patente que existia uma parcela considerável da população adepta à pauta conservadora. O desgaste do governo Jango, aliado à conspiração golpista, levou a uma **rebelião militar iniciada em 31 de março de 1964.**

Essa rebelião foi iniciada na 4ª Região Militar, localizada em Juiz de Fora e comandada por Olímpio Mourão Filho. Nos dias seguintes, a rebelião cresceu e, como não houve reação do presidente, os parlamentares reuniram-se de forma extraordinária e consolidaram o golpe contra Jango, ao declararem vaga a presidência do Brasil, em 2 de abril de 1964.

Com o golpe civil-militar que derrubou João Goulart, **Ranieri Mazzilli** foi nomeado presidente provisório. No dia 9 de abril, foi emitido o **Ato Institucional nº 1**, dispositivo de lei que estabelecia o aparato de repressão da ditadura. **Humberto Castello Branco** foi escolhido, em eleição indireta, como o **presidente** da ditadura, que se estendeu por 21 anos.

Ao longo dos 21 anos da Ditadura Militar, o nosso país possuiu cinco presidentes, todos eleitos por meio de eleições indiretas, isto é, sem a participação da população. Os cinco presidentes militares foram:

- **Humberto Castello Branco** (1964-67).
- **Artur Costa e Silva** (1967-69).
- **Emílio Garrastazu Médici** (1969-74).
- **Ernesto Geisel** (1974-79) e **João Figueiredo** (1979-85).

A Ditadura Militar ficou marcada por ser um período de exceção, no qual todo tipo de arbitrariedade foi cometido pelo governo em nome da “**segurança nacional**”. A ditadura ficou marcada pelas prisões arbitrárias, cassações, expurgos, tortura, execuções, desaparecimento de cadáveres e até mesmo por atentados com bombas. O aparato de repressão da ditadura deu-se por meio de diversos mecanismos. O primeiro mecanismo foram os **Atos Institucionais**, o suporte jurídico que possibilitava aos militares perseguir e aprisionar todos os que eram considerados opositores do regime. Exemplificando, o AI-1 permitiu à ditadura aprisionar pessoas, indiscriminadamente, em locais como navios e estádios de futebol, e a expurgar pessoas do serviço público. Com o tempo, o direito da população de escolher seu presidente foi retirado por meio do **AI-2**, decretado no final de 1965, e o **AI-3** estabeleceu um sistema bipartidário no Brasil. Os dois partidos que existiam era:

- Aliança Renovadora Nacional (**Arena**): partido do regime;
- Movimento Democrático Brasileiro (**MDB**): oposição consentida (ou seja, não toda e qualquer oposição).

O período 1964-68 é entendido por muitos como o período da “ditadura branda”, mas, na verdade, esse período foi utilizado pela ditadura para criar o aparato de repressão. O aparato jurídico da repressão dos militares teve seu auge durante o **AI-5, decretado durante o governo de Costa e Silva**. Esse decreto ampliou os poderes dos militares e determinava o seguinte:

- **O presidente teria direito de fechar o Congresso;**
- **O presidente poderia intervir nos estados e municípios se achasse necessário;**
- **O presidente poderia cassar políticos e demitir funcionários públicos;**
- **Suspendia-se o direito a habeas corpus para crimes contra a “segurança nacional” etc.**

A **tortura** também foi um dos mecanismos da repressão e do autoritarismo da Ditadura Militar. A tortura era realizada, principalmente, **contra opositores** do regime, pessoas que, na ótica dos militares, eram vistas como **subversivas**. A economia na ditadura teve fases distintas, cada qual com suas peculiaridades. No final do período de 21 anos, a ditadura deixou um saldo de endividamento, inflação elevada e uma grande desigualdade social. As distintas fases da política econômica, segundo o historiador Marcos Napolitano, durante a ditadura foram:

- Uma fase voltada para a contenção de gastos, da qual se destacam o desaquecimento do consumo e o **arrocho do salário dos trabalhadores**. Ocorreu entre 1964-67.

- O período do “**milagre econômico**”, marcado por expansão do crédito, do consumo, pela realização de grandes obras públicas e crescimento econômico notável e acelerado. Ocorreu entre 1968-73.

- Continuidade da política desenvolvimentista do período do milagre, mas voltada para a diversificação da matriz energética do país e o **desenvolvimento de indústria de base**, com forte endividamento do governo. Ocorreu entre 1974-80.

- Tentativas de controlar os efeitos da crise combatendo a inflação e a dívida externa. Ocorreu entre 1980-85.

Por fim, com o endurecimento do regime, a partir de 1968, uma nova forma de resistência à ditadura surgiu no Brasil: a resistência armada. O grupo que se lançou à resistência armada era composto, em maioria, por membros da classe média e estudantes que não concordavam com o autoritarismo do regime e que não viam outra solução — já que o regime não os permitia manifestar-se pacificamente — senão lançar-se à resistência armada.

A partir do final da década de 1970, a ditadura começou a caminhar para uma **abertura**, mas se, à primeira vista, essa abertura parecia ser uma democratização da ditadura, ela era, na realidade, uma **abertura controlada** que buscava manter os governos alinhados aos interesses do Exército sem a necessidade de se ter presidentes militares. A partir de 1979, uma série de medidas foi tomada no sentido de promover maior abertura da política brasileira. Foi decretada a **anistia**, lei que permitia a todos os exilados retornarem ao Brasil e perdoava todos os crimes cometidos durante a ditadura. Houve também o retorno do **pluripartidarismo**, que levou ao surgimento de novos partidos no Brasil.

Outra medida notável desse processo de abertura controlada foi a **revogação do Ato Institucional nº 5**, que aconteceu em **1978**. Na década de 1980, o último presidente da ditadura, João Figueiredo, fracassou no projeto dos militares de realizar a abertura controlada. A mobilização popular, aliada com a mobilização política, fez com que a ditadura chegasse ao fim.

ATIVIDADES

1 - Trecho da Carta aos Brasileiros.

No dia 8 de agosto de 1977, o jurista Goffredo da Silva Telles Jr. leu a Carta aos Brasileiros. Ela foi assinada por diversas pessoas, incluindo juristas e professores universitários. A Carta foi lida na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo e teve grande repercussão política.

“Chamamos de Ditadura o regime em que o Governo está separado da Sociedade Civil. Ditadura é o regime em que a Sociedade Civil não elege seus governantes e não participa do Governo. Ditadura é o regime em que o Governo governa sem o Povo. Ditadura é o regime em que o Poder não vem do Povo. Ditadura é o regime que castiga seus adversários e proíbe a contestação das razões em que ela se procura fundar. Ditadura é o regime que governa para nós, mas sem nós. Como cultores da Ciência do Direito e do Estado, nós nos recusamos, de uma vez por todas, a aceitar a falsificação dos conceitos. Para nós a Ditadura se chama Ditadura, e a Democracia se chama Democracia. Sustentamos que um Estado será tanto mais evoluído quanto mais a ordem reinante consagre e garanta o direito dos cidadãos [...]; o direito de escolher em pleitos democráticos seus governantes e legisladores, o direito de ser eleito governante ou legislador [...]; o direito à liberdade justa, que é o direito de fazer ou de não fazer o que a lei não proíbe; o direito à igualdade perante a lei, que é o direito de cada um de receber o que a cada um pertence; o direito à intimidade e à inviolabilidade do domicílio; o direito à propriedade e o de conservá-la; o direito de organizar livremente sindicatos de trabalhadores, para que estes possam lutar em defesa de seus interesses; [...] o direito de imediata e ampla defesa dos que forem acusados de ter praticado ato ilícito; [...] o direito de nunca ser submetido a tortura, nem a tratamento desumano ou degradante; [...] o direito de ter uma imprensa livre; o direito de fruir das obras de arte e cultura, sem cortes ou restrições; o direito de exprimir o pensamento [...]; o direito de resposta; o direito de reunião e associação.”

Carta aos brasileiros. Folha de S.Paulo. São Paulo, 9 ago. 1977.

Ao ler a “Carta aos Brasileiros”, o professor Goffredo expõe dois regimes opostos: a ditadura e a democracia. **Justifique essa afirmação, apresentando definições e, também, exemplos de direitos num regime democrático.**

2 - Por que a seguinte frase é falsa?

“Com a imposição do Ato Institucional nº5 teve início a fase de democratização do Brasil”.

3 - Quais foram as principais medidas impostas pelos governos militares para acabar com a democracia no país?

4 - O que foram os Atos Institucionais?

5 - Cite algumas características do AI-5.

6 - Por que as Reformas de Base e a Lei de Remessa de Lucro, do governo João Goulart, contrariavam os interesses dos grandes capitalistas nacionais e internacionais?

7 - Fale um pouco sobre a economia durante o período dos governos militares no Brasil.

8 - O que foi a abertura controlada durante a ditadura?

9 - Na sua opinião, por que a democracia é importante?